

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se de maneira on-line, os membros da Câmara de Educação Infantil de São José dos Pinhais: Ana Lúcia Rodrigues, Carla Cristina Agulham, Carolline Pereira de Araujo Maia, Daniela Medeiros de Oliveira, Delma Regiane Furman, Leila Gonçalves de Carvalho.

A Presidente da Câmara de Educação Infantil de São José dos Pinhais, Carla Cristina Agulham, inicia a reunião cumprimentando todos os presentes, relatando que foram até a unidade, conforme acordado na última reunião, para conhecer a Heloísa, porém ela não estava. Conversaram com a Coordenadora, a qual se mostrou aberta para as orientações, e também demonstrando não entendimento sobre quais documentos se fazem necessários e prazos de solicitação para um pedido ao Conselho. Continua dizendo “Sendo assim, nós queremos colocar em votação a proposição de que a criança permaneça no Pré II, mesmo porque a gente não tem nem outro pedido, não chegou nenhum pedido da família, que também foi orientado para a própria coordenadora.” A Conselheira Carolline diz “na verdade, a Heloísa, está matriculada, até no dia, a coordenadora ainda falou para a gente que ela estava na data corte correto, na modalidade correta e que agora seria difícil voltar ela, não teria sentido. A família mandou o pedido de retenção que tinha sido colocado na última reunião de Câmara, a escola realmente pediu e vai ser anexada aqui na pastinha dela, mas porém, na visita que a gente fez ali aquele dia, eu, Carla e a própria coordenadora falamos que voltar agora, essas duas, a gente acabou indo ver Heloísa mas acabou conversando da Júlia também, voltar essas duas crianças agora seria uma perda, porque elas já iniciaram da forma delas, elas estão indo então, que se realmente se mantivesse elas na turminha que elas estão.” A Presidente Carla continua: “Essa é a proposição de que elas permaneçam, os vínculos estão estabelecidos o atendimento acontece, então a proposição é de que ambas continuem nas modalidades onde elas estão matriculadas mesmo.” A Conselheira Carolline reforça: “Nenhuma fala da coordenadora no dia que a gente fez a visita foi assim “Ai meu Deus, vão ficar nessa turma não vai voltar”, “está havendo perda”, em nenhum momento.” A Conselheira Ana Lucia diz “É só para voltar aí e colocar alguns questionamentos, em relação à família, à escola. Sempre penso que depois que a criança está matriculada, fica muito difícil mexer com ela, porque a criança, já com a sua experiência, seus coleguinhas e seus relacionamentos, que ela está tendo dentro da escola, no caso ali, na Educação Infantil e o Pré II a gente já sabe como as crianças são, já estão se preparando para um primeiro ano, são crianças maiores e os vínculos são importantes. Importante colocar nesse parecer, e poder explicar pra essa família, essa parte emocional, o quanto vai mexer com essa criança, a partir do Pré II, colocando assim ali mesmo o pessoal da Educação Infantil, aí a Carla como presidente, colocando todos os aspectos que são importantes do Pré II, que podem influenciar para o crescimento dela. E colocar que retenção somente à partir do segundo ano na educação básica. Que não tem legislação que respalde uma retenção, no caso, que foi essa palavra que eles usaram, então a gente utiliza a mesma, já que o hoje em dia para educação infantil a gente não usa a palavra retenção, reprovação, porque a aprendizagem hoje é ao longo do tempo, que a gente sabe ali para essas crianças. Eu também sou favorável pela permanência no Pré II e não colocar também o prejuízo financeiro da família.” A Presidente Carla diz “Mais algum conselheiro quer se colocar? Acho que não. Podemos fechar essa definição da permanência da Heloísa no Pré II e da permanência da Júlia no primeiro ano, então?” Os conselheiros presentes concordam com a definição, a Presidente Carla continua “cumprimos com a tarefa rapidamente. Mas é importante essa disposição aí mesmo também e também deu para sentir assim, da importância dessa conversa pessoalmente, o corpo a corpo do Conselho estar presente foi bacana. Foi uma experiência interessante também que eu vivi particularmente, conversando que as coisas se ajudam se entendem.” A Conselheira Leila fala “Então na verdade eu só queria fazer um comentário em relação às escolas particulares, eu senti isso muito forte no ano passado, todas vocês sabem que eu faço parte da Associação das escolas particulares aqui de São José dos Pinhais, a Assepart. Nós temos nessa Associação, acho que estamos em 24 escolas, mais ou menos, mas o que eu percebi o ano passado é a falta de conhecimento por parte da direção, coordenação, de toda a equipe em

relação a toda essa documentação que precisa ser enviada para o Conselho, quando vão fazer o pedido de uma solicitação de retenção ou qualquer outro tipo de solicitação, eu percebo assim, que sempre falta algum documento, com exceção aqui do Bom Jesus que quando fez as solicitações enviou todas as documentações. Só que o Bom Jesus, a Stela está no Conselho há muitos anos, então a Stela tem conhecimento. Então assim, eu não sei se é possível dar uma sugestão, não sei se tem como, mas eu sinto assim que as escolas particulares precisam dessa orientação do que precisa ser encaminhado, quais são os protocolos, quais são as solicitações? O que tem que vir da família? O que tem que vir dos pais? O que tem que vir da escola? O que tem que vir dos médicos pediatras, neuro? E assim é falta de conhecimento é algo assim que eu acredito que não estavam acostumados a lidar e é algo que está tendo muito forte nos últimos anos, esses pedidos o ano passado a gente teve vários pedidos, nós fizemos uma reunião no ano passado e eu levei isso para as direções, coloquei essa falta de conhecimento que elas precisam buscar e ir atrás do que realmente precisa, para não ficar voltando, para o serviço não ficar parado, porque daí vem para o Conselho e falta isso, daí pede, daí responde, daí falta mais não sei o quê, daí pede e responde, mas nem todas fazem parte, por exemplo essa de agora, ela não faz parte dessa parte e aí, eu gostaria de dar uma sugestão. Não sei se tem como a gente pensar em algo, mas o ano está só começando e eu acredito que vai ter muita coisa ainda que vem. E aí acaba sendo o trabalho dobrado para o Conselho. As escolas também ficam naquela situação, assim de que falta de conhecimento e às vezes não é só apontar o dedo. Às vezes a gente precisa ser solidária e perguntar ou então eu não sei como, sabe, mas é algo que eu venho sentindo essa necessidade e essa falta de conhecimento eu acho que era isso.” A Conselheira Delma diz “Aquilo que a Leila falou eu acho também, não sei se o movimento seria esse ou usar exatamente o contrário, deixar claro para as unidades que sobre a não retenção, sobre esse respaldo legal, porque a gente está recebendo agora as listas das turmas das crianças cadastradas para verificar a data corte se estão na turma certa, na data correta, matriculado na forma certa e tem muita criança fora da turma correta. E a gente percebe também que, às vezes, tem uma banalização, porque eu não sei se é justamente isso que a Leila falou, por falta de conhecimento, mas o que a gente houve muito é porque a família achou melhor. E às vezes assim, nem a própria escola, a própria direção nos procura para pedir um auxílio e eu estou lá, eu acompanho o trabalho da Ana e eu sei que ela está sempre orientando. Tem que sempre antes de fazer qualquer coisa, pedir orientação aqui para gente porque retenção é complicado, então a Estrutura também, querendo ou não, orientando, mas nem sempre essa orientação chega até quem deveria chegar. E a gente estava discutindo ali agora por exemplo, em uma única unidade, não sei, aí nós vamos chamar para reunião para assinar a ata, não sei se é erro de digitação ou se é isso mesmo, mas numa única unidade tem oito crianças fora da turma correta, então isso é bem complicado, então a gente teria mesmo que fazer algum trabalho nesse sentido, porque senão a gente vai viver em função disso.” A Conselheira Ana Lucia fala “Colocando o que a Leila falou, vamos dizer assim, enquanto estava o Rodrigo Cardoso chefe, nós já falávamos muito, tanto é que a questão desses alunos ou dessas crianças que tem que fazer essa revisão da data corte, ela começou com o Conselho. Então, só depois em 2023 que a gente passou para a Divisão de Estrutura. Até porque foi um pedido feito pelo Rodrigo e para poder auxiliar, que eu quando começou 2021, ainda tinha Patrícia meio período, depois de 2022, eu não tinha mais ninguém. Eu fiquei sozinha praticamente enquanto a única conselheira disponível digamos assim, a pessoa disponível para o Conselho como estagiário. E aí acabamos dividindo esse trabalho, o que nós fazíamos sempre era uma reunião, pelo menos a primeira e a última. Então Leila, eles assim, as escolas particulares foram orientadas em relação a esses pedidos. Eu fiz isso em reunião com as particulares, quem faltou nem atrás foi, esse que é o problema de não mandar um representante, porque quando foi o convite para participar da reunião, inclusive com palestras, a gente chamou as nutricionistas, a gente chama as pessoas que é daqui da Secretaria também para fazer as orientações. Então pode até ir um documento, mas nós temos da data corte, existe um documento oficial do Conselho. Tem sim, dizendo que no final do ano ele já tem que começar a se organizar a encaminhar para o Conselho as matrículas das crianças, porque aí vai ser feita a revisão no início do ano, então eles têm o quanto antes de fazer esse encaminhamento e se caso acontecer de ter alguma criança que necessite permanecer ele sim, tem que

entrar em contato. O que é a gente sempre colocava na reunião porque eles procuram primeiro a Divisão de Estrutura, o que eu percebo é que precisa a Divisão Estrutura é conversar e apresentar a legislação, não é o Conselho que vai apresentar isso. O Conselho é a última instância sempre, e muitas vezes, quando chega, nem estão sabendo da legislação, então é a Divisão de Estrutura que vai ter que fazer esse caminho, já que a gente passou esse processo da questão de fazer análise da data corte. Por que quando eu digo no final do ano, ali por setembro, outubro, já dá para fazer uma reunião chamar e o Conselho junto, a Presidente vai lá também, e conversar com eles explicando, vamos respeitar, nós temos aqui uma deliberação, um parecer e deve ser respeitado. Tem que seguir a nomenclatura, que é a mesma, porque nós estamos no sistema, quem é que a gente não colocou para seguir a mesma nomenclatura que seria, infantil I, II, III e IV, Pré I e II, isso nós colocamos lá na nossa deliberação e todos que fazem parte do sistema devem seguir, menos as grandes redes, a gente colocou porque a grande rede, ela se equivale a uma rede nacional. Então ela não pode ter aqui uma nomenclatura, em Curitiba ter outra, em Londrina ter outra, em Brasília outra ou em Santa Catarina. Que é no caso por exemplo, o Bom Jesus, então não obrigava essas grandes redes a seguir a mesma linha. Então tem isso sim, lá na deliberação acredito Leila, que o ano passado faltou pela troca de chefia, faltou também então esse início de conversa a experiência, na condução. Acho que a Ana faz um trabalho excelente com as escolas particulares, e as meninas ali dando suporte junto, mas é necessário ter esse caminho, eu assim acho também com Andrei fez um ótimo trabalho, para quem não tinha experiência, para quem veio, mas é normal faltar algumas coisas então justifica Leila aqui que, provavelmente tenha passado, mas ao mesmo tempo a equipe orienta, ela não deixa de orientar porque tem uma deliberação aí em relação a este caminho. Talvez agora fazer uma reunião e já começar a explicar para eles, antes de encaminhar ao Conselho, vocês vão encaminhar para Divisão de Estrutura. Porque é esse o processo, os caminhos que nós utilizamos aqui em São José, então se eu quero que a criança fique retida encaminho lá, se a Divisão de Estrutura não tem respaldo legal, pode aí a escola dizer assim que a mãe não concorda, a família não concorda, aí sim vai um pedido deles ao Conselho Municipal de Educação. Então isso a gente sempre fala, só que alguns tem essa dificuldade, então quando chega para o Conselho já é porque já foi dialogado, já foi conversado, já foi dito, mas a família está insistindo, sempre conversávamos de que chegou esse, mas ele não usou o caminho até aqui dentro da Secretaria, quando não passa pela Divisão de Estrutura. Principalmente quando está pedindo uma solicitação de PPP, de Regimento, a gente faz retornar, para a Divisão, porque lá? passar lá pela Divisão de Estrutura? Porque ela tem todos os check list daquilo que é necessário, cabe fazer assim um check list, então e relembrar, entregar de novo a deliberação, explicar para as escolas numa reunião. Qual é o processo correto, aí entra Leila, na orientação. Além de ter gente que não faz parte da Assepart, não fazer parte do Sinepe, tem sim aqueles que caminham individualmente, tem os que trocaram de sócios, novos sócios que entraram, ou pedagogos, porque eles encaminharam muito nas reuniões, ele encaminha muito as vezes o proprietário, não vai ele, aí já não sabe, não segue a mesma linha. Então eu acredito que uma boa reunião, as orientações e sempre é importante, passar pela Divisão Estrutura e Funcionamento.” A Conselheira Delma diz “Tranquilo, a gente já tem uma formação agendada na verdade, a gente não conseguiu definir data ainda por causa do local, mas acho que a última nesse formato foi em 2023, ainda era o Rodrigo. Acho que foi no final do ano, enfim, ano passado, realmente a gente ficou devendo porque foi troca de chefia, tiveram outras coisas acontecendo também, a gente realmente ficou devendo um pouco nessa parte, mas esse ano a gente está tentando aí recuperar o prejuízo, mas acho que realmente o caminho é esse, é importante, estar sempre dialogando para as coisas fluírem da melhor maneira possível.” A Conselheira Ana Lucia questiona se não conseguiram no Teatro de Bonecos, e a Conselheira Delma diz que não conseguiram contato. A Conselheira Ana Lucia lembra que tem o Luciano, que pode verificar e agendar. A Conselheira Delma agradece pela informação e diz que irá verificar. A Conselheira Leila se coloca à disposição para marcar no espaço da comunidade e diz “Ele não é tão confortável e chique igual lá no nesse espaço aí que vocês sugeriram, mas fica à disposição também, caso não consiga.” A Conselheira Ana Lucia diz “não esqueça de chamar a Carol. Eu sempre falo assim, chame o Conselho para essas reuniões, aí você tira as dúvidas, que eles precisam.” A Conselheira Delma completa “é bom

para fortalecer a informação ali, pois caminhamos juntos afinal de contas.” A Conselheira Carolline diz “Eu entendi também que Leila falou algo ali, se tiver errado a Leila me corrige, sobre a questão da retenção mesmo, da orientação do que deve ser enviado para fazer o pedido de retenção e não somente do corte etário, entendi isso Leila, do que você tinha falado porque a Stela, como ela está no Conselho, ela já acompanhava os processos, ela sabia, que nem a Ana apontou aquele dia, cadê a certidão de nascimento da criança? O pedido da família? Essas coisas que faltaram, então dá para a gente fazer uma orientação junto dessa reunião que a Estrutura faz ali para as unidades sobre isso também. Sobre o que deve vir o pacote básico, porque cada caso é um caso, claro, por isso que não, eu acredito que não tem uma normativa colocada, mas eu acredito que tem um pacote básico ali do que tem que ter, parecer da família, da escola, da clínica, certidão de nascimento, laudo médico. Então dá para a gente dar essa orientação, o período para solicitar esse pedido para que não fique tão tardio, para o próximo ano. Eu creio que é isso. que você tinha também falava ali, e eu acolhi eu entendi o teu pedido Leila.” A Conselheira Ana Lucia reforça “Mas isso acontecia Carol, por isso que eu falei assim, voltando lá do tempo do Rodrigo foi feito, a gente fazia isso, uma reunião e já explicava o que faltou. É porque agora tem, no início do ano, muito mais do ano passado, vieram mais, mesmo a gente fazendo, só que o check list, a gente colocando isso para eles do que precisava, mesmo a gente apontando. Por isso que tem que trazer a legislação, não existe a retenção, a reprovação, e aí tem que vir com todos os dados necessários para que essa criança, para solicitar tanto para Divisão de Estrutura, e se for o caso, para o Conselho, porque aí como tem uma legislação, é mais complicado para o Conselho que essa criança permaneça, que não existe a reprovação e a gente tem que insistir nisso, não existe retenção na Educação Básica até o primeiro ano nem no Pré I, nem no Pré II, nem no primeiro ano. E o infantil IV, infantil III, tem que cuidar sim com a data corte hoje, tem que cuidar tanto do dois ou três, do quatro, para não chegar aquela criança e dizer assim, que ela foi adiantada. Ela foi adiantada lá no Infantil II e aí ela seguiu e agora os pais querem continuar, que ela avance para o primeiro ano. Por isso que fizemos toda aquela normativa para o ano de 2021, para que se respeitasse a questão da data corte, que também veio todo aquele problema desde 2018. O único problema que a gente assim, não fez uma normativa dentro do Conselho, porque se achou que se a gente fizesse a normativa, é como se a gente tivesse dando a brecha para que eles solicitem e começassem a solicitar de várias crianças, então a gente fazia a reunião, explicava, colocava, mas depois de apresentar toda a legislação que não pode. Mas a escola deve seguir uma legislação, ela é a primeira a informar a família que não pode.” A Presidente Carla questiona se existe mais alguma colocação, não havendo, encerra assim a 2ª Reunião Ordinária da Câmara de Educação Infantil.

Ata digitada por Vanessa Ribeiro de Andrade Silka, será aprovada pelos Conselheiros presentes e assinada pela Presidente da Câmara de Educação Infantil de São José dos Pinhais, Carla Cristina Agulham.